



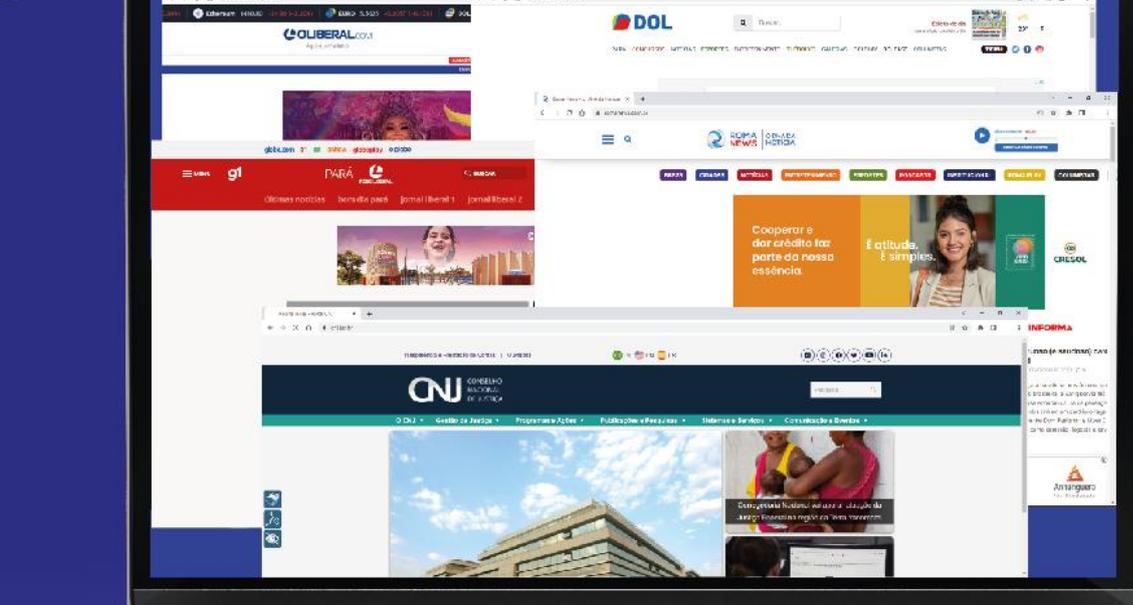
# CLIPPING

Quarta-feira

13 de

Dezembro

de 2023



# REPÓRTER

# 70

## > LIXO CONCORRÊNCIA

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Belém divulgou ontem que o consórcio Natureza Viva, encabeçado pela empresa Terraplana, atingiu a pontuação necessária em sua proposta técnica e por isso segue como único habilitado na disputa para a gestão do lixo doméstico da capital paraense. O contrato é de 30 anos, podendo ser prorrogado por mais 30 e deve superar R\$ 12 bilhões. Contestações poderão ser feitas em até cinco dias úteis. Há, atualmente, decisão da Justiça Federal suspendendo a licitação, no entanto, a prefeitura optou por manter o certame respaldada por determinação judicial de que a competência do caso é da Justiça Estadual.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## DESAPARECIMENTO

CASO YASMIN: DOIS ANOS  
SEM RESPOSTAS

**MAGUARI** - Jovem sumiu durante festa em embarcação. Suspeito Lucas de Souza responde até hoje em liberdade e a Justiça ainda não determinou data para o júri.

**BRUNO MENEZES**  
Especial para O Liberal

**O**ntem (12), completaram dois anos que a jovem Yasmin Fontes Cavaleiro de Macêdo desapareceu nas águas do rio Maguari, em Belém. Ela participava de uma festa em uma lancha, com mais 19 pessoas e foi encontrada morta no dia seguinte.

Lucas Magalhães de Souza, principal acusado de ter responsabilidade na morte da influencer, continua sem julgamento. Ele era o dono da lancha onde Yasmin estava e chegou a ficar preso na Cadeia Pública de Jovens e Adultos (CPJA), localizada no Complexo Prisional de Santa Izabel do Pará, mas foi solto em março deste ano.

Um possível julgamento de Lucas chegou a ser marcado para 31 de maio de 2023, mas após um recurso da defesa, o julgamento foi adiado.

Segundo o advogado de Lucas, Francelino Neto,

a Justiça ainda não determinou uma data para o julgamento do réu porque o processo está em tramitação. Em nota, o advogado de defesa informou que o processo se encontra na fase recursal.

"Não há previsão de e se Lucas será submetido a júri popular. Isso só poderá ser informado após os julgamentos dos recursos. Com relação aos crimes pelos quais Lucas é acusado, a Defesa tem plena convicção que o delito de homicídio não ocorreu e não foi praticado por ele", detalha a nota.

Ainda segundo o advogado, a defesa ainda mantém a argumentação de que Yasmin foi vítima de uma fatalidade, um acidente do qual Lucas não teve culpa.

Atualmente, Lucas Magalhães responde em liberdade pelos crimes de homicídio por dolo eventual, fraude processual, disparo de arma de fogo e posse ilegal de arma de fogo.

De acordo com a Polícia Civil, após o desapareci-



**Yasmin** sumiu do barco durante a noite e seu corpo foi encontrado submerso na manhã seguinte

mento de Yasmin, Lucas supostamente teria escondido uma arma de fogo, que foi manuseada. O réu também é suspeito de ter modificado a embarcação onde a festa ocorreu, inserindo novos equipamentos de segurança para adulterar a lancha.

**RELEMBRE**

Yasmin Fontes Cavaleiro de Macêdo desapareceu na

noite de 12 de dezembro de 2021, domingo, durante um passeio de barco pelas águas do rio Maguari, em Belém, onde estavam outras 19 pessoas. Yasmin teria sumido por volta de 22h30. O corpo da jovem só foi encontrado às 12h40 de segunda-feira, dia 13, no distrito de Icoaraci, próximo a uma marina particular, a aproximadamente 11 metros de profundidade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## LIVRO

**IDPP lança obra inédita sobre direito público**

A mais recente obra do Instituto Brasileiro de Direito Público e Privado (IDPP), "Direito Público e suas Transversalidades", será lançada na noite de hoje (13), no Palacete Faciola, em Belém. A publicação, que é a segunda organizada pelo instituto, é coordenada pelos advogados Denise Mendes, Jeferson Bacelar e Giussepp Mendes, e reúne renomadas mentes jurídicas do país em uma análise aprofundada dos temas mais prementes no cenário jurídico nacional.

Depois do sucesso do livro inaugural da atividade editorial do IDPP, "Magníficas Mulheres", em 2022, a diretora decidiu promover uma obra dedicada ao direito público, segundo Jeferson Bacelar, "levando em conta duas normas importantíssimas que em 2023 alcançaram marcas importantes: a Constituição Federal, que completou 35 anos de sua promulgação, e a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que passaria a reger, com exclusividade, todas as contratações públicas brasileiras", diz.

A partir do momento em que o grupo começou a receber as colaborações de autores convidados, no entanto, ele afirma que o projeto inicial acabou ganhando outra dimensão. "Havia muita riqueza nos diálogos propostos entre o direito público tradicional e outras áreas do direito. O resultado foi bem acima do esperado. Geralmente, vários convites são encaminhados e as respostas são residuais, mas, no caso da obra que estamos lançando, o interesse foi enorme, inclusive de verdadeiros autores referenciais do direito, grandes doutrinadores e ministros de Tribunais Superiores, sem esquecermos de análises a partir da nossa realidade amazônica".

Presidente do IDPP, Denise Mendes destaca a importância da obra como um marco para a entidade e para a comunidade jurídica brasileira. "O livro é o resultado do esforço conjunto de brilhantes mentes jurídicas, proporcionando uma visão profunda e abrangente das complexidades que permeiam o nosso sistema legal", declara. Denise enfatiza

a missão do IDPP em promover não apenas a excelência acadêmica, mas também a interdisciplinaridade e a conexão entre diferentes esferas do conhecimento.

O livro, apresentado como um guia essencial para acadêmicos e profissionais do direito, aborda desde questões constitucionais até aspectos cruciais do direito administrativo, tributário, ambiental e trabalhista. Com contribuições de destacados autores, a obra visa proporcionar uma compreensão abrangente e crítica dos desafios complexos do sistema legal brasileiro.

Quem assina o prefácio do livro é o deputado estadual e atual titular da Secretaria de Estado de Articulação e Cidadania do Pará (Seac), Igor Normando. E destacam-se entre os autores o ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ophir Cavalcante Júnior, ex-procurador-geral do Pará; o procurador federal do Ministério Público Federal (MPF) José Augusto Potiguar; a conselheira do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e primeira-dama Daniela Barbalho; e Milton Augusto Nobre, ex-desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA); entre outros.

## PROGRAMAÇÃO

Marcado para às 18h no Palacete Faciola, em Belém, o lançamento do material promete ser uma celebração da cultura jurídica nacional. Além da apresentação da obra, haverá um vernissage com exposição das obras do artista e advogado Leonardo Menescal, responsável pela arte da capa do livro.

O estilo artístico dele é



## Serviço:

**Lançamento do livro "Direito Público e suas Transversalidades" pelo Instituto de Direito Público e Privado do Brasil (IDPP)**

📅 **Data:** 13 de dezembro, quarta-feira

🕒 **Horário:** 18h

📍 **Local:** Palacete Faciola, em Belém

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER  
DIÁRIO**

**DOCUMENTO**

A Ufopa e o Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA) realizam em Santarém o “Seminário de Digitalização de Documentos Judiciais Produzidos durante Regimes Autoritários na Amazônia”. O projeto do CDHBA pretende digitalizar e tornar acessíveis documentos jurídicos produzidos na Amazônia durante o regime militar. O conjunto de documentos é composto por processos cíveis e criminais tramitados no Tribunal de Justiça da Comarca de Óbidos, de 1900 a 1988, da Primeira República ao final da ditadura militar.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)